SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA

panorama das experiências implementadas no Brasil e no México entre 2000 e 2015

CULTURAL INFORMATION SYSTEMS IN LATIN AMERICA: OVERVIEW OF EXPERIENCES IMPLEMENTED IN BRAZIL AND MEXICO BETWEEN 2000 AND 2015

Luisa Hardman[1]
Daniele Pereira Canedo[2]

1 Doutoranda no Pós-Cultura, UFBA. Email: luisahardman@gmail.com
2 Professora de Política e Gestão Cultural, UFRB. Docente do Núcleo de Pós-Graduação em Administração e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, UFBA. Email: danielecanedo@ufrb.edu.br

RESUMO

Este artigo analisa o contexto de implementação dos Sistemas de Informação Cultural (SIC) no Brasil e no México entre 2000 e 2015. Discute as motivações, os principais desafios e as semelhanças estruturais que marcaram a adoção desses sistemas pelos governos nacionais. A partir de uma breve retrospectiva histórica, destaca a influência de organismos multilaterais na constituição de agendas políticas para a cultura na América Latina e examina de que modo os SICs foram concebidos e utilizados nas políticas públicas dos dois países. O estudo ressalta as dificuldades enfrentadas ao longo do processo, apontando limitações e perspectivas para a consolidação dos sistemas como instrumentos estratégicos na gestão e avaliação das políticas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores Culturais. Sistema de informação cultural. *Sistema de Información Cultural* (SIC). Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

ABSTRACT

This article analyzes the context of the implementation of Cultural Information Systems (CIS) in Brazil and Mexico between 2000 and 2015. It discusses the motivations, main challenges, and structural similarities that marked the adoption of these systems by national governments. Drawing on a brief historical overview, the study highlights the influence of multilateral organizations in shaping policy agendas for culture in Latin America and examines how CIS were conceived and used in public policies in both countries. The study emphasizes the difficulties faced throughout the process, pointing out limitations and prospects for consolidating these systems as strategic tools for the management and evaluation of cultural policies.

KEYWORDS: Cultural Indicators. Cultural Information System. *Sistema de Información Cultural* (SIC). Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Introdução

O uso de sistemas de informação no campo da cultura é um fenômeno recente. Durante a revisão da literatura, observou-se uma produção específica ainda reduzida, especialmente no que diz respeito a trabalhos que se aprofundem no histórico e nos conceitos em torno dos sistemas de informação cultural, embora existam reflexões que abordam o tema de forma mais indireta.

Antes de avançarmos, é fundamental definir qual o conceito de sistema de informação cultural adotado neste trabalho. Afinal, esses sistemas seriam ferramentas, plataformas ou órgãos? Podemos afirmar que os sistemas de informação cultural estão necessariamente relacionados à coleta, armazenamento, processamento, análise e difusão de dados sobre o campo da cultura.

Ao abordar o conceito de sistemas de informação no contexto organizacional, o professor e pesquisador norte-americano Gordon Davis os define como "um sistema integrado homem-máquina para fornecer informações que apoiem as funções de operação, gestão, análise e tomada de decisões em uma organização" (Davis, 1985, p. 6, tradução nossa). Complementando essa perspectiva, os autores Kenneth C. Laudon e Jane P. Laudon afirmam que os sistemas de

informação "podem ser definidos tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle em uma organização" (Laudon; Laudon, 2014, p. 13).

No âmbito da administração pública, a abordagem dos sistemas de informação está frequentemente associada à eficiência dos processos, à transparência das ações governamentais e à melhoria dos serviços prestados à sociedade. Esses sistemas são frequentemente compreendidos como ferramentas que auxiliam o ciclo das políticas públicas, contribuindo para a qualificação da gestão governamental. Eles se apoiam nos novos paradigmas de governo na era da informação, nos quais a transparência, bem como a gestão eletrônica e integrada, tornaram-se pilares da administração pública. Ao discorrer sobre a importância das informações estatísticas para as políticas sociais no Brasil, o professor e pesquisador Paulo Januzzi (2018), vinculado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), conclui que

> Certamente a efetividade das políticas públicas depende de muitos outros fatores institucionais e operacionais, mas a disponibilidade da informação estatística de boa qualidade e regularidade potencializa as chances de sucesso, ao permitir a identificação de demandas sociais latentes na sociedade. (Januzzi, 2018, p.9).

É comum observar uma perspectiva sobre esses sistemas de informação cultural que os limita a uma única dimensão. A pesquisadora e gestora mexicana Ana Cecília Montilla (2012) destaca que esses sistemas não se limitam a um simples cadastro de agentes culturais, mas constituem espaços de intercâmbio e gestão do conhecimento, essenciais para a compreensão do fenômeno cultural. A autora afirma tratar-se de "um espaço de trabalho e intercâmbio, de gestão da informação e do conhecimento, onde é gerada a

informação necessária à compreensão do fenômeno cultural" (Montilla, 2012, p. 52).

Na era da sociedade da informação e das redes, o avanço das tecnologias da informação está diretamente ligado à viabilização dos sistemas de informação cultural. No entanto, reduzi-los apenas a seus suportes e ferramentas tecnológicas, ainda que essenciais para seu funcionamento, seria um equívoco. O pesquisador e professor argentino Javier Ozollo (2011) ressalta que "la disponibilidad de datos muchas veces no dice nada. Los datos son sustantivos cuando pueden transformarse en información, es decir, cuando el gestor cultural es capaz de asociarlos con un contexto determinado" (2011, p.30).

Nesse sentido, o autor constrói uma perspectiva que integra a dimensão técnica a um conjunto diverso de contextos, relações e esferas de produção que perpassam a articulação das informações culturais. Depreende-se daí a compreensão de que os referidos sistemas são partes integrantes e intervenientes do arranjo complexo das políticas culturais, as quais não se restringem apenas a questões técnicas.

O Ministério da Cultura (2009), ao estruturar a proposta do SNIIC, reforça que "não bastam mais os bancos de dados particularizados e estanques, desprovidos de interatividade e comunicabilidade com outros sistemas informacionais" (2009, p.3). O documento enfatiza a necessidade de uma abordagem sistêmica e coordenada, que possibilite a integração das informações ao processo de elaboração e implementação das políticas culturais.

Esse aspecto se torna ainda mais evidente no contexto democrático da gestão cultural. Os sistemas de informação cultural se constituem por meio da confluência de diferentes entes, atores, instâncias e esforços, uma espécie de arranjos entre partes que, ainda que institucional, se relacionam diretamente com a sociedade e com os setores da cultura.

> No âmbito de uma democracia, para que haja discussão real sobre as estratégias, os investimentos, as orientações

> e a satisfação dos direitos e necessidades dos cidadãos, é imprescindível que as informações sejam confiáveis, compreensíveis e bem divulgadas, adaptadas aos desafios das políticas públicas e às exigências da sociedade participativa (Tolila, 2007, p.35)

Os desafios em torno da estruturação das diferentes dimensões de um sistema — como estatísticas culturais, contas satélites de cultura, estudos setoriais de grupos de interesse, observatórios culturais, sistemas de indicadores e mapeamentos — apontam para a necessidade de compreendê-los também a partir da articulação dos setores governamentais com entidades de pesquisa, organizações sociais e instituições acadêmicas. Ou seja, requer um escopo de relações de parceria e cooperação. Neste sentido, devem também ser pensados por meio de uma estrutura de governança.

Por fim, deve-se destacar que, ao aterrissar no campo das políticas culturais, os sistemas de informação estão associados, sobretudo, às mudanças nos modos de intervenção do Estado. Se antes essa atuação ocorria de forma direta, pontual e restrita, a ampliação e a democratização das políticas culturais, que agora apresentam uma arquitetura infinitamente mais complexa, exigem a capacidade de dialogar com múltiplos interlocutores e realidades. Nesse sentido, torna-se necessário um espectro mais amplo de informações sobre os beneficiários, bem como sua contínua e sistemática atualização, o que se relaciona diretamente com o desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa.

Cultura e desenvolvimento: para além do crescimento econômico

Para compreender os contextos que motivam a implementação dos sistemas de informação, devemos partir de uma espécie de linha do tempo que antecede sua implementação e aponta para eventos e vetores determinantes que corroboram a conformação de um cenário favorável para a sua emergência. Quais fatores contribuem para a

maior presença deste tema na agenda pública dos respectivos países e na América Latina de uma forma geral?

A partir da segunda metade do século XX, consolida-se a noção da dimensão econômica da cultura, que mobiliza uma cadeia produtiva com potencial de gerar emprego, renda, receitas, impostos e contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Essa perspectiva acompanha a transição global de uma economia industrial para uma baseada em serviços e conhecimento. Como sintetiza Gilberto Gil (2003): "Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas".

Nesse contexto de reconfiguração econômica e social, as informações passam a ser valorizadas como insumos estratégicos para consolidar a cultura como vetor de desenvolvimento, que vai além do crescimento econômico. É nesse ambiente que, a partir das décadas de 1980 e 1990, os sistemas de informação começam a emergir nos debates de campo cultural.

Desde então, foram realizadas diversas conferências internacionais, seminários regionais, encontros de ministros e gestores de cultura, além de outros eventos que tratam da importância de uma *cultura dos dados* para o desenvolvimento do campo da cultura. Essa centralidade pode ser observada em documentos, declarações e cartas de compromisso, resultados destes eventos, o que confirma a presença deste tema na agenda também impulsionada pelos organismos multilaterais. Vale mencionar que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1986, apresenta o *Marco de Estatísticas Culturais* (MEC), um esforço de consolidar um referencial de mensuração comum, que foi revisado em 2009 pela primeira vez e, atualmente, está novamente em processo de revisão.

Informações na pauta: o papel dos organismos multilaterais na construção de uma agenda política na América Latina

No estágio inicial, a inclusão dos sistemas de informação na agenda dos países latino-americanos deve-se, em grande medida, à influência dos organismos internacionais. Em diferentes foros regionais de cultura, conduzidos não somente pela Unesco, mas também pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e pela Organização das Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros, observamos a criação de consensos e pactos em torno da importância dos sistemas de informação de cultura entre as altas cúpulas de representantes dos governos nacionais latinoamericanos. Primeiramente, observamos que o discurso sobre a importância das informações para a formulação de políticas nem sempre se manifesta como a reivindicação explícita de um "sistema" propriamente dito. Em muitos casos, aparece por meio, por exemplo, da reivindicação pelo desenho de indicadores culturais para mensuração das políticas em seus países, tendo em vista que os indicadores sociais já eram uma realidade mais amadurecida nos campos da saúde e educação, por exemplo. Em outros contextos, essa demanda se expressa no compromisso dos governos em realizar diagnósticos sobre a realidade cultural dos seus territórios ou até mesmo na defesa da importância de conhecer os impactos econômicos do setor por meio de estudos estatísticos.

Na primeira reunião da Comissão Interamericana de Cultura, realizada em 2003, na Cidade do México, sob a condução da OEA, no âmbito do Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral, discutiu-se a criação do Observatório Interamericano de Políticas Culturais (OIPC). O objetivo era organizar e difundir informações especializadas sobre o setor, fomentar pesquisas em políticas culturais e contribuir para o desenvolvimento de indicadores (OEA, 2003, p. 5).

Conforme registrado na ata do encontro, uma das metas era mapear os sistemas de informação cultural existentes nos países-membros e

apoiar a implementação naqueles que ainda não os haviam adotado. Ou seja, os sistemas nacionais eram considerados peças-chave no processo de conformação de um Observatório comum aos diferentes estados americanos. Alfonso Castellanos, então diretor do Sistema de Informação Cultural do México, apresentou, nesse mesmo encontro, a experiência do país, cuja implementação é considerada pioneira no tema, ao lado do Chile.

O debate sobre a criação do OIPC, nesse contexto, apontava para a necessidade de um lócus estratégico de observação que possibilitasse a elaboração de análises sobre o impacto da ação cultural no continente americano. Esperava- se que tal observatório contribuisse para o fortalecimento institucional dos países, o aprimoramento da atuação dos gestores e, consequentemente, a qualificação da intervenção do Estado. Mais do que uma plataforma de dados, o OIPC foi concebido como uma estratégia para ampliar o espaço da cultura nas políticas públicas de desenvolvimento, fortalecendo sua presença e consolidando sua relevância no contexto regional (OEA, 2003, p. 6).

A OEI, órgão intergovernamental atualmente composto por 20 países da Ibero-América, também teve papel destacado nesse tema. As Conferências Ibero-americanas de Cultura, com participação de ministros da área, reforçaram a centralidade dos dados no desenvolvimento das políticas e apontaram a necessidade de estruturar sistemas de informação nos países-membros.

Na declaração resultante da conferência realizada em Córdoba, em 2005, por exemplo, consta o compromisso dos países em "seguir desenvolvendo sistemas de mensuração e informação que permitam diagnosticar acertadamente a situação cultural de nossos países" (OEI, 2005). E, ainda, convocam os organismos internacionais para atuarem na coordenação de "estudos e estatísticas culturais que permitam estabelecer comparações válidas" entre os países iberoamericanos (OEI, 2005).

Por meio do Convênio Andrés Bello (CAB), organização internacional com sede na Colômbia, iniciou-se um processo de incorporação dos

sistemas de mensuração das atividades econômicas e produtivas — já amplamente adotados em outros setores — ao desenvolvimento do campo cultural. Desse modo, em 2005, o CAB assumiu o desafio de implantar, no país, as Contas-Satélite de Cultura (CSC), em parceria com o Ministério da Cultura da Colômbia e o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A iniciativa baseia-se nos fundamentos do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas e culminou na elaboração do documento *Contas-Satélite de Cultura: Manual Metodológico para sua Implementação na América Latina*, publicado em 2009. Esse manual propôs uma metodologia que possibilitou a produção de medições comparáveis sobre o setor cultural e sua contribuição para a economia dos países, consolidando-se como um marco conceitual relevante para a região.

> Em menos de quatro anos, Argentina, Costa Rica, México, Uruguai, Espanha e Colômbia já tinham adotado o conjunto de quadros propostos pela CSC, que lhes permitiu conhecer sua oferta cultural por meio de uma análise das inter-relações entre as atividades produtivas da cultura e outras atividades econômicas não culturais, estimar os aportes gerados entre as atividades culturais de mercado das empresas privadas (Rey, 2017, p.195).

No entanto, foram encontrados diversos desafios na implementação das CSC em alguns dos países latinoamericanos, dentre eles, a necessidade de passos prévios que permitam a efetivação desta metodologia antes mesmo de implementá-la (REY, p2017, p. 196). De maneira que o percurso do CSC é permeado por diversas articulações e parcerias transnacionais, avançando de forma distinta nos países que o adotaram, mas se configurando como uma iniciativa relevante que destaca o vínculos com os institutos de estatística, a relação da cultura frente às classificações internacionais em torno das atividades econômicas, e sobretudo, no que diz respeito aos esforços de "provar que a cultura podia gerar efeitos positivos no

capital humano e no desenvolvimento, sendo este entendido além do crescimento econômico." (REY, 2017, p.195).

É relevante destacar, ainda, duas iniciativas voltadas à organização de sistemas de informação em nível regional. A primeira é o Sistema de Informação Cultural Latino-Americano e do Caribe (SICLAC), discutido durante o VIII Encontro de Ministros da Cultura da América Latina e do Caribe, realizado na Nicarágua, em 1996. O SICLAC foi concebido como um mecanismo de cooperação regional com o objetivo de sistematizar e disponibilizar informações culturais. Outra iniciativa é o Sistema de Informação Cultural do Mercosul (SICSUR), criado durante a Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, realizada em Buenos Aires em 2008. Segundo Prat (2012, p. 17–18), o SICSUR surgiu com o propósito de enfrentar a ausência histórica de dados atualizados sobre a cultura sulamericana, bem como de evidenciar o peso da cultura na economia dos países da região, acompanhando uma tendência global de valorização dos bens e serviços culturais. Para isso, buscou-se produzir estatísticas e informações básicas sobre orçamentos públicos, participação no PIB e infraestrutura cultural.

Foram realizados diversos seminários no âmbito do Mercosul Cultural que trataram de aspectos metodológicos, compartilharam experiências e promoveram ações coordenadas de coleta e tratamento de dados. Como resultado, foram elaborados dois exercícios de medição cujos dados, coletados de fontes primárias e secundárias, foram publicados nas obras *Cuenta Satélite de Cultura. Primeros pasos hacia su construcción en el MERCOSUR cultural* e *Nosotros y los otros. El comercio exterior de bienes culturales en América del Sur.*

Implementação dos sistemas na América Latina: experiências no Brasil e no México

No início do século XXI, diferentes países da América Latina, sob governos progressistas, passaram a adotar modelos de gestão mais

democráticos, com foco na ampliação do papel do Estado na garantia dos direitos culturais. Nesse contexto, emergiu a necessidade de conferir maior visibilidade às políticas culturais e de fortalecer sua institucionalidade. É ao longo da primeira década dos anos 2000 que os primeiros sistemas de informação cultural começaram a ser implantados como parte da estrutura institucional dos governos nacionais.

Em geral, a realidade latinoamericana era de dados dispersos e fragmentados entre as diferentes unidades administrativas e instituições culturais, de modo que toda pesquisa por informações nas fontes disponíveis acontecia de maneira pontual e por meio de processos manuais. Ademais, vale destacar, com acesso restrito e sem abertura aos cidadãos e cidadãs.

Segundo a cientista política Diana Marcela Rey (2015), em 2002, poucos países da região tratavam a criação de sistemas de informação cultural como prioridade política (REY, 2015, p. 175). O objetivo de centralizar dados sobre oferta e demanda cultural, produzidos por instituições locais e nacionais, ainda era incipiente. Se, conforme vimos, esta primeira fase de implementação dos sistemas de informação cultural teve forte influência dos interesses da agenda internacional, a sua efetivação encontrou as condições locais para levar adiante tais iniciativas (REY, 2025, p. 177).

Para analisar os processos de implementação dos sistemas de informação, com ênfase em seus desafios e estratégias, destacamos a seguir as experiências do México e do Brasil. Embora apresentem trajetórias distintas, é possível identificar semelhanças relevantes. É importante reiterar que esta reflexão não abrangerá todas as dimensões que permeiam uma análise sobre a implementação dos sistemas de informação. No entanto, apresentaremos uma breve contextualização de como se deu essa experiência em cada país, destacando aspectos relevantes deste processo.

Este último, apesar de instituído pela Lei nº 12.343, de 2010, voltada ao monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC), só ganhou contornos operacionais no período final da década.

O período de análise está relacionado a dois marcos importantes. Primeiramente, destaca-se o ano de implementação formal do SIC mexicano que ocorreu em 2000, ainda que antecedido por experiências importantes que fazem deste país pioneiro, conforme comentado anteriormente. No Brasil, por sua vez, somente em 2015 que um novo SNIIC foi lançado, ganhando novos contornos e modelagens, apesar de ter sido instituído pela Lei 12.343, em 2010, com o objetivo de monitorar o Plano Nacional de Cultura (PNC), conforme veremos adiante.

México

Ao longo da década de 1990, o México desenvolveu diversas iniciativas voltadas à coleta e análise de dados sobre a cultura em nível nacional. Os pesquisadores Eduardo Nivón Bolán e Ana Rosas Mantecón (2015) reconstruíram a trajetória do sistema de informação cultural mexicano, a partir da qual é possível destacar elementos centrais que marcaram sua implementação.

O *Sistema Nacional de Información Cultural* (SNIC) e o *Sistema de Información para la Planeación y Evaluación de las Políticas Culturales* (SIPEC), ambos vinculados ao *Consejo Nacional para la Cultura y las Artes* (CONACULTA), são iniciativas que antecederam o *Sistema de Información Cultural* (SIC) do país e apontam para os esforços já empreendidos na organização das informações. Concebido em 1995 e oficialmente instituído em 2000, o SIC vem sendo desenvolvido há quase três décadas, desde sua estruturação inicial.

O SIC foi criado com o objetivo de sistematizar informações atualizáveis, acessíveis ao público e úteis para subsidiar diagnósticos, orientar decisões e avaliar políticas culturais (Montilla, 2014). Inicialmente, sua implementação enfrentou obstáculos, como a dispersão de dados entre diferentes instâncias e instituições, a ausência de um marco conceitual que orientasse a coleta e permitisse comparabilidade com outros países, além do desafio de representar a diversidade cultural do país. Segundo Montilla (2017, p. 207), diretora do

sistema à época, as dificuldades também incluíam "a escassez dos mais variados recursos, a obsolescência de equipamentos de computação e a falta de especialistas dispostos a trabalhar em uma perspectiva mais humanista". Tais questões seguem atuais, como podemos ver, e não se restringem ao contexto mexicano.

O SIC integra e organiza dados provenientes dos 32 estados mexicanos, estando atualmente vinculado à Coordenação de Desenvolvimento Institucional da Secretaria de Cultura do país. De forma descentralizada, o sistema é alimentado pelas informações geradas nos próprios estados, que devem dispor de uma rede estadual capaz de cobrir as cidades e alcançar os municípios, conforme destacam Bolán e Mantecón (2015, p. 224).

O registro, a atualização e o uso da informação cultural ocorrem, portanto, por meio de uma rede que envolve não apenas os estados mexicanos, mas também diversas instituições nacionais vinculadas às políticas setoriais, como o Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), o Instituto Nacional de Bellas Artes y Literatura (INBAL), o Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI) e o Instituto Mexicano de Cinematografía (IMCINE), entre outros. Essa experiência evidencia a importância da articulação institucional para a construção de redes de cooperação entre os entes federativos — condição central, ao que tudo indica, para a capilarização do sistema. "Por esto se presenta como un proyecto conjunto de los institutos, consejos y secretarías de cultura de los estados y él opera como una Red Nacional de Información Cultural (Renic)" (Bolán; Mantecón, 2015, p. 223).

Se anteriormente destacamos o papel dos organismos internacionais, aqui torna-se fundamental evidenciar a contribuição essencial das instâncias que estão mais próximas da vida e da ação cultural, especialmente das secretarias e órgãos estaduais, distritais e municipais, além dos organismos setoriais. A coordenação, nesse contexto, se impõe como um horizonte indispensável. Outras áreas, como a saúde e a educação, estruturam seus sistemas de informação com uma

descentralização operacional articulada a uma coordenação nacional — modelos que podem oferecer referências ao campo da cultura.

Nesse conjunto de relações, é importante destacar o papel dos institutos nacionais de estatística, que figuram entre os atores centrais para a efetivação dos sistemas de informação cultural. No caso do México, esse papel é desempenhado pelo Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI), principal órgão produtor de informação cultural, conforme apontam Bolán e Mantecón (2024). No âmbito do INEGI, foi criado o Comité Técnico Especializado de Información Cultural del Sistema Nacional de Información Estadística y Geográfica (SNIEG), que, segundo os pesquisadores, "permitió la transversalidad de la generación de estadísticas a través de Unidades de Estado, es decir, instituciones públicas capaces de producir información" (Bolán; Mantecón, 2024, p. 120).

A trajetória do SIC, embora marcada por avanços significativos, segue atravessada pelas fragilidades institucionais que historicamente permeiam o campo da cultura, tanto no contexto mexicano quanto na América Latina em geral. Bolán e Mantecón (2015) chamam atenção, ainda, para a questão da consistência e confiabilidade das informações geradas, especialmente diante das condições estruturais já mencionadas — aspectos sensíveis e centrais quando se trata do trabalho com dados. Soma-se a isso a escassez de equipes frente à elevada demanda, a falta de investimentos em infraestrutura e suporte tecnológico, além da instabilidade provocada pelas recorrentes mudanças de governo. Desafios ainda não superados que seguem a impor limites concretos à plena implementação do sistema.

Brasil

Em 2010, foi sancionada no Brasil a Lei nº 12.343, que instituiu o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). É importante destacar essa articulação: o SNIIC surge de forma vinculado ao PNC, com o objetivo explícito de monitorar as metas do plano, criando

indicadores para o monitoramento das metas estabelecidas nesse instrumento de planejamento estruturante e de longo prazo. O próprio texto legal reforça essa vinculação ao estabelecer a "obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos estados, Distrito Federal e municípios que vierem a aderir ao Plano" (Brasil, 2010).

No contexto brasileiro, alguns antecedentes da criação do SNIIC merecem destaque. A partir de 2004, foram firmadas parcerias entre o Ministério da Cultura (MinC), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Conforme relata a economista Cristina Lins, que atuou por mais de uma década como coordenadora técnica no IBGE, a instituição, como principal produtora de estatísticas oficiais do país, tornou-se uma parceria estratégica na construção de informações e na produção de indicadores sobre a cultura, contribuindo para orientar a atuação de gestores públicos e privados (Lins, 2015, p. 6). No âmbito dessa cooperação, foi lançado o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), estudo que reuniu um conjunto articulado de estatísticas e indicadores culturais, atualizados e publicados ao longo das duas últimas décadas. Segundo Lins (2015, p. 23), entende-se que os dados presentes no SIIC, bem como aqueles coletados pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE, poderiam ser apropriados no desenvolvimento do SNIIC. O SNIIC é um dos componentes do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Propõe, do mesmo modo, uma estrutura descentralizada, com sistemas instituídos pelos entes federados e articulados em nível nacional. Vinculado, à época, à Secretaria de Políticas Culturais do MinC, o SNIIC foi inicialmente concebido como um mapeamento amplo do setor cultural, passando por uma reformulação significativa a partir de 2015.

Mais do que um repositório de dados sobre a cultura brasileira, o novo SNIIC também previa a elaboração de um glossário, vinculado ao processo da construção de uma ontologia para a gestão cultural.

Desenvolvida por meio de uma parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), ela teria a função de orientar o Ministério, apoiando na definição de um padrão de dados construído e gerido de forma participativa. A consolidação de uma taxonomia comum era tratada como elemento central para viabilizar a integração e o cruzamento de múltiplas fontes de informação.

Nesse contexto, o MinC colocou em funcionamento um dos módulos do sistema: a plataforma Mapas Culturais. Desenvolvida em software livre, a ferramenta foi projetada para o mapeamento colaborativo de agentes, organizações, equipamentos, espaços culturais, programações, eventos e editais de seleção, permitindo que os próprios usuários inserissem e atualizassem seus dados. A plataforma também integrava, ainda, as informações de outros sistemas do MinC, como a Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. Vale ressaltar que o Mapas Culturais permanece em uso por diversos estados e municípios brasileiros até os dias atuais.

No entanto, o novo SNIIC, lançado no contexto do Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais, no final de 2015, não teve tempo hábil para se desenvolver. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, deu início a um processo progressivo de desmonte das políticas culturais no âmbito federal, que incluiu a extinção do Ministério da Cultura (MinC) pelo então presidente Michel Temer. Embora a decisão tenha sido revogada após intensas manifestações e ocupações promovidas pelo setor cultural, os impactos institucionais foram sucessivos e se perpetuaram na gestão do presidente Jair Bolsonaro. Dessa forma, não se permitiu que a implementação do projeto em curso seguisse adiante.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a oferecer uma reflexão crítica preliminar sobre os sentidos atribuídos aos sistemas de informação e seus processos de institucionalização na América Latina. Ao longo da

discussão, buscou-se apresentar como a defesa dos sistemas como ferramentas estratégicas para a gestão cultural foi desenvolvida a partir da promoção do tema pelos organismos internacionais na América Latina.

O recorte na apresentação das experiências de implementação do Brasil e do México ressaltou os fatores comuns e as especificidades nacionais e evidenciou que tais sistemas são resultados de construções políticas, técnicas e simbólicas que dialogam com agendas globais e realidades locais. A presença ativa de organismos multilaterais, a articulação entre entes federativos, os esforços de integração de dados e a valorização da informação como infraestrutura da cidadania cultural são aspectos centrais dessa trajetória.

Embora a estruturação do sistema no México tenha avançado de forma significativamente mais consistente do que a trajetória brasileira, é possível identificar diversas semelhanças entre os dois processos. Em ambos os países, os sistemas são concebidos como espaços integradores de informações, nos quais a coleta de dados ocorre por meio de estratégias descentralizadas, mobilizando diversos atores e redes de cooperação.

Os debates sobre cidadania e participação permeiam essas trajetórias, reforçando a ideia de que os sistemas são instrumentos de transparência e democratização da informação. Outro ponto em comum é a relação estabelecida com os institutos de estatística, que antecede a própria implementação dos sistemas e evidencia seu papel estratégico na estruturação e sustentabilidade das políticas culturais baseadas em evidências.

Para além dos desafios abordados neste artigo quanto à implementação dos sistemas, é fundamental aprofundar a reflexão sobre sua contribuição para as políticas culturais. Em que medida, ao longo do ciclo das políticas públicas, esses sistemas têm impactado e contribuído para as etapas de formulação, monitoramento e avaliação? Os dados disponibilizados são, de fato, mobilizados pelos gestores para embasar suas decisões? Os diagnósticos e análises geradas têm

fortalecido as políticas públicas, contribuindo para sua maior efetividade e aderência aos contextos locais?

Por fim, os questionamentos propostos neste encerramento buscam ampliar o debate sobre os sistemas de informação cultural, especialmente no que diz respeito à sua contribuição efetiva para o fortalecimento das políticas culturais. Mais do que instrumentos voltados exclusivamente à gestão institucional, esses sistemas devem ser analisados como ferramentas essenciais no ciclo completo das políticas públicas de cultura na América Latina. Retomar suas trajetórias — reconhecendo contextos, avanços, tendências e obstáculos — não deve ser considerado apenas como um exercício retrospectivo, mas como uma forma de projetar e enfrentar os desafios do futuro com maior articulação e consistência para viabilizar a utilização de dados na gestão pública da cultura.

Referências bibliográficas

DAVIS, **Gordon B**. *Management information systems: conceptual foundations, structure, and development*. New York: McGraw-Hill, 1985. Disponível em: https://archive.org/details/managementinform0000davi_o0n2. Acesso em: 30 mar. 2025.

GIL, **Gilberto**. Apresentação. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

JANNUZZI, **Paulo de Martino**. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil: breve reflexão sobre a experiência do passado para considerar no presente. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, p. e0055, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/77qbqWdQWx3b5gg7wLVmtsF/. Acesso em: 30 mar. 2025.

LAUDON, **Kenneth C.**; **LAUDON**, **Jane P.** *Sistemas de informação gerenciais*. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

LINS, **Cristina**. Levantamento da ação institucional entre o MinC e o IBGE: desde as gestões Gil/Juca. *Políticas Culturais em Revista*, v. 8, n. 2, p. 1–27, 2015. DOI: https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v8i2.15772. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15772. Acesso em: 28 mar. 2025.

MONTILLA, **Ana Cecilia**. De Sistemas de Informação (SIC) a Ecossistemas de Informação Complexa (Esic). In: CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: pesquisa e formação*. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

MONTILLA, **Ana Cecilia**. Na era do Big Data: os sistemas de informação cultural. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 23, *Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento*, São Paulo: Itaú Cultural, dez. 2017/maio 2018.

MORENO, **Ángel**. Medições na cultura: contribuições à diversidade na Colômbia e região. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 23, *Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento*, São Paulo: Itaú Cultural, dez. 2017/maio 2018.

NIVÓN BOLÁN, **Eduardo**; **ROSAS MANTECÓN**, **Ana**. ¿Hacia una visión estratégica de la información? Sistemas de información y planeación cultural en México. In: CARDOSO, Pablo; REYES, Marissa (eds.). *Consumos culturales en América Latina 1: discusiones conceptuales, herramientas para la medición y casos de atención específica*. 1. ed. [S.l.: s.n.], 2024.

NIVÓN BOLÁN, **Eduardo**; **ROSAS MANTECÓN**, **Ana**. Sistemas de información y políticas públicas en México. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 8, p. 216–231, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15356. Acesso em: 31 mar. 2025.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (OEI). *VIII Conferência Ibero-americana de Cultura: documento final*. Madri: OEI, 2005. Disponível em: https://oei.int/oficinas/secretaria-general/publicaciones/viii-conferencia-iberoamericana-de-cultura. Acesso em: 30 mar. 2025.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Informe final. Consejo Interamericano para el Desarrollo Integral: Primera Reunión da Comisión Interamericana de Cultura*. Cidade do México: OEA, 2003.

OZOLLO, **Javier**. La información cultural: un desafío imprescindible para la gestión pública. In: REPETUR, León; OZOLLO, Javier (comp.). *Instrumentos de navegación en política y gestión cultural*. 1. ed. Mendoza: Editorial de la Universidad Nacional de Cuyo – Ediunc, 2011. p. 48.

REY, **Diana**. O desafio de visibilizar os efeitos econômicos da cultura: as contas-satélites de cultura. *Revista Observatório Itaú Cultural*,

n. 23, *Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento*, São Paulo: Itaú Cultural, dez. 2017/maio 2018.

REY, **Diana**. Sistemas de Informação Cultural: aprendizagens e retos na América Latina. *Políticas Culturais em Revista*, v. 8, n. 2, p. 173–187, 2015. DOI: https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v8i2.15369. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15369. Acesso em: 28 mar. 2025.

SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. O SNIIC do Século XXI. 2015. Disponível em: http://sniic.cultura.gov.br/2015/02/04/o-sniic-do-seculo-xxi/. Acesso em: 28 mar. 2025.

TOLILA, **Paul**. Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. *Revista Observatório Itaú Cultural*, n. 1, jan./abr. 2007. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.